

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. RELAÇÕES DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	23
1.1 Administração pública como aparelho para a execução de políticas públicas	23
1.2 Governo e administração	26
1.3 Relações de trabalho na administração pública	29
1.4 Exigência constitucional de concurso público	36
1.5 Desvirtuamento nas relações de trabalho na administração pública	40
1.5.1 Contratação direta de empregados sem concurso público	41
1.5.2 Terceirizações ilícitas	42
1.5.2.1 Terceirização ilícita mediante contratação de falsas cooperativas	45
1.5.3 Desvirtuamento dos contratos temporários	47
1.5.4 Desvirtuamento dos cargos em comissão	51
1.5.5 Desvirtuamento do contrato de estágio	53
1.6 Conseqüências do desvirtuamento das relações de trabalho na administração pública	55



2. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	61
2.1 A administração pública como sujeito passivo dos atos de improbidade nas relações de trabalho	61
2.2 Moralidade administrativa e improbidade	63
2.3 Sujeito ativo dos atos de improbidade nas relações de trabalho	65
2.4 Atos de improbidade administrativa	71
2.5 Suposto caráter aberto da definição legal dos atos de improbidade administrativa	71
2.6 Lesividade da conduta	73
2.7 Elemento subjetivo	73
2.8 Atos de improbidade em espécie	74
2.8.1 Enriquecimento ilícito	74
2.8.2 Prejuízo ao erário	77
2.8.3 Violação dos princípios da administração pública	79
2.9 Punição dos atos de improbidade administrativa	80
2.9.1 Natureza jurídica e espécies de sanções punitivas	81
2.9.2 Aplicação das sanções	82
3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E A TUTELA DA MORALIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	85
3.1 A tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa como interesses difusos	86
3.1.1 Evolução histórica e panorama do direito comparado	86
3.1.2 Instrumentalidade do processo, adaptação ao objeto tutelado e efetividade da tutela jurisdicional	92
3.2 Espécies de provimentos necessários para a tutela das relações de trabalho na administração pública	97
3.2.1 Classificação das ações e panorama atual do direito positivo	97



3.2.2	Universalidade dos instrumentos admissíveis para a tutela dos direitos transindividuais	100
3.2.3	A prática da tutela da moralidade nas relações de trabalho na administração pública	101
3.2.4	Tutelas inibitória, antecipatória e específica	106
3.2.5	A ineficiência da imposição de <i>astreintes</i> contra a administração pública e a necessidade de coerção pessoal do administrador	110
3.3	Tutela repressiva	112
3.3.1	A insuficiência das tutelas preventivas e reparatórias e a conseqüente necessidade da tutela repressiva ...	112
3.3.2	Ação civil pública como instrumento adequado para a aplicação de sanções pela prática de atos de improbidade administrativa	114
3.3.3	Possibilidade de cumulação dos pedidos de condenação nas sanções de improbidade administrativa na ação civil pública	117
3.4	Legitimidade	122
3.4.1	Ativa	122
3.4.1.1	Ministério Público	123
3.4.1.2	Administração pública direta e indireta	125
3.4.1.3	Associações	127
3.4.1.4	Defensoria Pública	129
3.4.2	Passiva	130
3.4.2.1	Administração pública direta e indireta	131
3.4.2.2	Pessoa jurídica contratada	132
3.4.2.3	Administrador público	133
3.4.2.4	Trabalhadores	139
3.4.3	Intervenção de terceiros	144
3.5	Competência	146
3.5.1	Critérios para a definição do ramo do Poder Judiciário competente	146
3.5.2	Configuração constitucional da competência da Justiça do Trabalho	147

3.5.3 Competência da Justiça do Trabalho para o julgamento das ações atribuídas ao Ministério Público do Trabalho	156
3.5.4 Competência da Justiça do Trabalho quando o ente público adota o regime celetista	159
3.5.5 Competência territorial e funcional	160
3.6 Questões procedimentais	164
3.6.1 Rito aplicável	164
3.6.2 Fase probatória	166
3.7 Coisa julgada	169
3.7.1 Limites subjetivos	172
3.7.2 Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	175
CONCLUSÕES	177
BIBLIOGRAFIA	183